



**PROJETO DE LEI Nº , DE 2024**  
(Do Sr. Lebrão)

Cria a Lei do Fundo Amazônia, regulamenta a destinação de recursos para a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui o Fundo Amazônia, para aplicações não reembolsáveis e regulamenta a destinação de recursos para a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira.

Parágrafo único - o valor recebido das doações serão aplicados para a realização de ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

**Art. 2º** O Fundo Amazônia contemplará as seguintes áreas:

- I - gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- II - controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- III - manejo florestal sustentável;
- IV - atividades econômicas desenvolvidas na região amazônica como agricultura familiar, visando o uso sustentável e a preservação da vegetação;
- V - Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- VI - conservação e uso sustentável da biodiversidade; e





VII - recuperação de áreas desmatadas.

§ 1º São recursos do Fundo Amazônia, além das doações referidas no art. 1º, o produto das aplicações financeiras dos saldos ainda não desembolsados.

**Art. 3º** O BNDES procederá às captações de doações e emitirá diploma para reconhecer a contribuição dos doadores ao Fundo Amazônia.

§ 1º Os diplomas emitidos conterão as seguintes informações:

I - nome do doador;

II - valor doado;

III - data da contribuição;

IV - valor equivalente em toneladas de carbono; e

V - ano da redução das emissões.

§ 2º Os diplomas serão nominais, intransferíveis, não gerarão direitos ou créditos de qualquer natureza e, após sua emissão, poderão ser consultados na internet.

§ 3º É vedado ao BNDES utilizar e ou aplicar recursos do Fundo Amazônia sem autorização do COFA e para projetos que não sejam aplicados na Amazônia Legal.

§ 4º Os projetos e os recursos aplicados deverão ser fiscalizados pelos órgãos competentes.

**Art. 4º** O Fundo Amazônia contará com um Comitê Técnico - CTFA, conforme regulamento, devendo para tanto avaliar:

I - a metodologia de cálculo da área de desmatamento; e

II - a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Parágrafo único. O CTFA reunir-se-á uma vez por ano e será formado por três especialistas de ilibada reputação e notório saber técnico-científico, designados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima,





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do **Deputado LEBRÃO** – União Brasil / RO

após consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, para mandato de três anos, prorrogável uma vez por igual período.

**Art. 5º** O Fundo Amazônia contará com um Comitê Orientador – COFA composto pelos seguintes representantes:

I - do Governo Federal - um representante de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

- a) Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que o presidirá;
- b) Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- c) Ministério das Relações Exteriores;
- d) Ministério da Agricultura e Pecuária;
- e) Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- f) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

II - dos Governos estaduais - um representante de cada governo dos Estados da Amazônia Legal que possuam plano estadual de prevenção e combate ao desmatamento; e

§ 1º Os membros do COFA serão indicados pelos dirigentes dos órgãos para mandato de dois anos.

§ 2º Os membros do COFA poderão ser indicados e designados para novos mandatos, inclusive sucessivos.

§ 3º O COFA zelará pela fidelidade das iniciativas do Fundo Amazônia e estabelecerá:

- I - diretrizes e critérios de aplicação dos recursos; e
- II - seu regimento interno.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do **Deputado LEBRÃO** – União Brasil / RO

Apresentação: 06/03/2024 12:48:03.310 - MESA

PL n.584/2024

§ 4º O COFA será presidido pelo representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

§ 5º As deliberações do COFA deverão ser aprovadas por maioria simples entre os representantes definidos.

§ 6º A Secretaria-Executiva do COFA será exercida pelo BNDES.

I – o BNDES deverá executar todos os projetos aprovados priorizando os mais antigos.

§ 7º O COFA se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente, e, em caráter extraordinário, a qualquer momento mediante convocação de seu Presidente.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Criado em 1º de agosto de 2008, por meio do Decreto 6.527, o Fundo Amazônia completou 15 anos de existência em 2023.

O fundo é administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e tem por finalidade captar e aplicar recursos não reembolsáveis em “ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal”.

O BNDES é responsável por captar doações, selecionar os projetos apoiados, e acompanhar e comunicar seus resultados. Até 2018, o fundo recebeu R\$ 3,4 bilhões em doações dos governos da Noruega (93,8% do total) e Alemanha (5,7%) e da Petrobras (0,5%).

Desde sua criação, 102 projetos foram apoiados pelo Fundo Amazônia, com R\$ 1,8 bilhão em valor total de apoio contratado, dos quais R\$ 1,5 bilhão desembolsados até o fim de 2022. Dessas iniciativas, sessenta foram concluídas e 42 continuam em andamento, segundo dados do BNDES.

A falta de uma atualização regulatória, com obrigаторiedades, bem como com critérios visando o desenvolvimento sustentável na região amazônica, além da necessidade de uma previsão legal de prestação de contas como política importante na transparência dos recursos aplicados, reforçam a necessidade do Congresso Nacional se debruçar sobre o tema.





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do **Deputado LEBRÃO** – União Brasil / RO

Entendemos também a importância de aplicar recursos no desenvolvimento das comunidades amazônicas e na agricultura familiar, como meio de subsistência para aquela população, justamente visando desenvolver a região de forma sustentável, o que com certeza será um dos caminhos mais eficientes para evitar a destruição dos recursos naturais.

Diante da importância do Fundo Amazônia peço o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

**Deputado LEBRÃO**

